

Uso do território e evolução da base técnica no espaço agrário de Encruzilhada do Sul-RS.

Territorial use and the evolution of the technical base in the agrarian space of Encruzilhada do Sul, RS.

Uso del territorio y evolución de la base técnica en el espacio agrario de Encruzilhada do Sul, RS.

José Francisco Santos de Moura

Universidade Federal do Rio Grande – UFRGS

<https://orcid.org/0009-0009-0519-7440>

Resumo

O presente artigo analisa a formação e a transformação do espaço agrário do município de Encruzilhada do Sul (RS), a partir de uma abordagem histórica e geográfica centrada na evolução da base técnica e no uso do território. Partindo de uma periodização que abrange desde a constituição de um sistema produtivo, baseado na pecuária extensiva, até a consolidação de um meio técnico-científico-informacional, mais diversificado e dinâmico. O estudo busca compreender como diferentes momentos históricos reconfiguraram as relações entre sociedade, técnica e natureza. Ao longo desse processo, destacam-se a modernização agrícola, a mecanização, a introdução de insumos industriais e a diversificação produtiva, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, com a expansão da silvicultura e da soja, em um contexto de reestruturação econômica e integração a circuitos mais amplos de produção. A análise evidencia que tais transformações implicaram mudanças na organização do trabalho, na estrutura fundiária e na dinâmica socioeconômica local. Fundamentado no conceito de território usado e na relação entre sistemas de objetos e ações, o artigo demonstra que essas mudanças constituíram as bases materiais e territoriais que possibilitaram, no período recente, a inserção de novas atividades econômicas no município.

Palavras-chave: território; modernização agrícola; base técnica; espaço agrário.

Resumen

El presente artículo analiza la formación y transformación del espacio agrario del municipio de Encruzilhada do Sul (RS), a partir de un enfoque histórico y geográfico centrado en la evolución de la base técnica y en el uso del territorio. Partiendo de una periodización que abarca desde la constitución de un sistema productivo, basado en la ganadería extensiva, hasta la consolidación de un medio técnico-científico-informacional, más diversificado y dinámico. El estudio busca comprender cómo diferentes momentos históricos reconfiguraron las relaciones entre sociedad, técnica y naturaleza. A lo largo de este proceso, se destacan la modernización agrícola, la mecanización, la introducción de insumos industriales y la diversificación productiva, especialmente entre las décadas de 1970 y 1990, con la expansión de la silvicultura y la soja, en un contexto de reestructuración económica e integración a circuitos más amplios de producción. El análisis evidencia que tales transformaciones implicaron cambios en la organización del trabajo, en la estructura agraria y en la dinámica socioeconómica local. Basado en el concepto de territorio utilizado y en la relación entre sistemas de objetos y acciones, el artículo demuestra que estos cambios constituyeron las bases materiales y territoriales que posibilitaron, en el período reciente, la inserción de nuevas actividades económicas en el municipio.

Palabras clave: territorio; modernización agrícola; base técnica; espacio agrario.

Abstract

This article analyzes the formation and transformation of the agrarian space in the municipality of Encruzilhada do Sul (RS), based on a historical and geographical approach centered on the evolution of the technical base and the use of territory. Through a periodization that ranges from the establishment of a production system, based on extensive livestock farming, to the consolidation of a technical-scientific-informational environment, more diverse and dynamic. The study aims to understand how different historical moments reshaped the relationships between society, technology, and nature. Throughout this process, key elements include agricultural modernization, mechanization, the introduction of industrial inputs, and productive diversification, especially between the 1970s and 1990s, with the expansion of forestry and soybean cultivation within a context of economic restructuring and integration into broader production circuits. The analysis shows that these transformations led to changes in labor organization, land structure, and local socioeconomic dynamics. Grounded in the concept of used territory and the relationship between systems of objects and actions, the article demonstrates that these changes established the material and territorial foundations that enabled, in recent decades, the emergence of the new economic activities in the municipality.

Keywords: territory; agricultural modernization; technical base; agrarian space.

1. Introdução

O espaço agrário do município de Encruzilhada do Sul, situado no centro-sul do Rio Grande do Sul, expressa um processo contínuo de transformação territorial impulsionado pela incorporação de novas técnicas de produção, circulação e organização econômica, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Historicamente marcado pela agropecuária extensiva e pela forte dependência dos condicionantes naturais, o município

tem experimentado, nas últimas décadas, a intensificação de sistemas técnicos modernos que reconfiguram a paisagem, as relações de trabalho e a lógica de uso do território.

Nesta trajetória histórica, o município transitou de uma formação socioespacial baseada em práticas tradicionais de criação animal, com predomínio do trabalho manual e de tração animal, para uma etapa de modernização agrícola, caracterizada pela mecanização, pelo uso de insumos químicos e pela especialização produtiva, em consonância com o padrão técnico difundido no período pós-1960. Mais recentemente, observa-se a inserção do território no chamado meio técnico-científico-informacional, conceito desenvolvido por Milton Santos, no qual a produção passa a responder a demandas globais, exigindo maior densidade técnica, informacional e de capital.

A compreensão dessas transformações exige um referencial teórico capaz de articular sociedade, espaço e técnica. Nesse sentido, a obra de Milton Santos oferece a chave interpretativa fundamental ao distinguir os momentos do meio natural, do meio técnico e do meio técnico-científico-informacional. Conforme o autor, cada sistema técnico não apenas introduz novos objetos no espaço, mas redefine funções, reorganiza fluxos e produz novos usos do território. Assim, a evolução das práticas agrícolas e a incorporação de sistemas produtivos mais complexos não se limitam a inovações tecnológicas, mas expressam mudanças na própria racionalidade econômica e social que orienta o uso do espaço (Santos, 2002; 2011).

A análise do caso de Encruzilhada do Sul deve, portanto, considerar suas especificidades socioambientais, articulando-as com o contexto mais amplo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e do Brasil. Trata-se de compreender um território cuja inserção nas dinâmicas produtivas mais avançadas ocorreu de forma relativamente tardia, mas que, uma vez integrado, passou a responder de maneira intensa às demandas do mercado nacional e internacional.

2. Metodologia

Este trabalho tem como objetivo analisar a configuração atual da agricultura no município de Encruzilhada do Sul, principal setor da economia local, a partir da reconstrução de seu processo histórico de transformação social, econômica e territorial. Adota-se como categoria central o “território usado”, entendido como a síntese entre sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme proposto por Milton Santos (2002). Essa abordagem permite compreender o espaço não como um suporte passivo, mas como um produto histórico das relações sociais mediadas pela técnica.

A estratégia metodológica fundamenta-se na análise histórico-estrutural do território, combinando levantamento bibliográfico, documental e estatístico. Foram utilizados dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para analisar na perspectiva longitudinal, permitindo identificar tendências de

especialização produtiva, reestruturação da base técnica e transformação da força de trabalho no meio rural.

Os referenciais teóricos mobilizados trazem contribuições da geografia e da economia política, com destaque para autores como Milton Santos (2002), Jean Gottmann (1975), Guilherme Delgado (1985), Marcelo Lopes de Souza (2016) e Rogério Haesbaert (2021), além de estudos históricos e regionais que permitem contextualizar a formação socioespacial do município.

A análise organiza-se a partir de uma periodização ampla, estruturada em grandes momentos de transformação da base técnica e do uso do território, evitando recortes excessivamente fragmentados. Essa opção permite articular o dado empírico local às dinâmicas mais amplas da economia nacional e global, evidenciando como diferentes lógicas produtivas se sobrepõem e se reconfiguram ao longo do tempo.

A hipótese principal é de que as recentes consolidações de culturas permanentes no município não constituem um fenômeno isolado, mas parte de um amplo processo de reestruturação territorial. Esse movimento aponta para a emergência de novas racionalidades produtivas, baseadas na agregação de valor, na intensificação do trabalho e na inserção do território local em mercados mais dinâmicos.

3. A Formação territorial de Encruzilhada do Sul: natureza, poder e apropriação do espaço.

A ocupação do espaço onde hoje se assenta o município de Encruzilhada do Sul ocorreu em diferentes etapas históricas, marcadas por sucessivas formas de apropriação e controle do território. A primeira corresponde à presença dos povos originários, anteriores à chegada dos europeus. A segunda consolida-se com a expansão colonial, que no sul do Brasil se efetiva a partir do final do século XVII (Pesavento, 1994).

Esse território, portanto, resulta de um processo de repartição e organização social que progressivamente restringiu o acesso e o controle dos povos nativos, ao mesmo tempo em que ampliou a apropriação por grupos europeus. Nesse sentido, o território não deve ser entendido apenas como base física, mas como uma construção social marcada por relações de poder, nas quais a propriedade privada e a ordem jurídica operam como mecanismos de exclusão e controle (Gottmann, 1975; Souza, 2016). Trata-se de uma produção histórica do espaço, onde diferentes agentes projetam interesses, estratégias e formas de dominação.

A formação do povoado que deu origem a Encruzilhada do Sul apresenta uma composição social heterogênea. Conforme registros históricos participaram desse processo: os militares portugueses, os açorianos, os estancieiros, os tropeiros, os pequenos lavradores, os indígenas e os povos africanos (Cardoso, 2025). Posteriormente chegaram os colonos poloneses, os quais fundaram o município de Dom Feliciano, emancipado em 1963.

As fontes históricas que permitem reconstituir esse processo são variadas: registros paroquiais, relatos de viajantes, documentos militares e vestígios materiais como estâncias, edificações e práticas culturais (Moreira *et al.*, 1999). Esses elementos compõem uma paisagem histórica que revela não apenas formas de ocupação, mas também modos de vida, sistemas produtivos e saberes técnicos. Tal conjunto evidencia a formação de uma economia agropastoril baseada tanto nas grandes propriedades quanto na produção familiar, articulando criação animal, agricultura de subsistência e uso dos recursos florestais (Miguel, 2018).

O meio natural desempenhou papel central na organização inicial desse território. Para os povos originários, constituía a base da sobrevivência, oferecendo alimentação, abrigo e deslocamento. Inserido na região da Serra do Sudeste¹, o município apresenta relevo ondulado a suavemente ondulado, com uma vegetação diversificada composta por campos naturais, frequentemente classificados como mistos, subarbustivos, intercalados por capões de mata, especialmente nas encostas e áreas mais úmidas. A hidrografia é marcada por uma rede de riachos, sangas e vertentes com mata ciliar significativa.

Esse conjunto ambiental abriga elevada diversidade biológica, com fauna composta por aves, mamíferos e anfíbios, distribuídos em ecossistemas que incluem campos, matas e banhados (Pillar *et al.*, 2009). Diferentemente de outros contextos ecológicos marcados por grandes concentrações de fauna, como as savanas africanas, a fauna local caracteriza-se por sua dispersão em amplas áreas.

As práticas dos povos originários estavam diretamente relacionadas a esse meio, baseando-se na caça, pesca e coleta de recursos vegetais. Os grupos Guarani, que predominavam na região, também desenvolviam formas de agricultura, porém de baixo impacto ambiental, sem promover alterações profundas na paisagem. Esse modo de vida insere-se no que Milton Santos define como um período de “tempo lento”, no qual as dinâmicas sociais estão diretamente condicionadas ao ritmo da natureza (Santos, 2011).

A evolução histórica do território de Encruzilhada do Sul revela forte relação entre condições naturais e organização produtiva. Estudos como o de Ribas *et al.* (2004) identificam três unidades fisiográficas principais no município: (i) a região da várzea do rio Camaquã, ao sudeste, com áreas associadas aos arroios Abranjo, Miséria e Maria Santa; (ii) a região de campos de serra, que ocupa a porção central e leste do território; e (iii) a região de matas, localizada na porção oeste.

Com base nesses condicionantes, os autores propõem uma periodização dos sistemas agrários em cinco fases: o sistema indígena (até 1640), o sistema jesuítico (1600–1756), o sistema de estâncias (1756–1900), o sistema pré-moderno (1900–1950) e o sistema contemporâneo (a partir de 1950). Essa periodização evidencia que a formação territorial não é linear, mas resultado de sucessivas reorganizações socioeconômicas.

¹ Sobre a evolução da regionalização do Rio Grande do Sul ver Pesseti (2020).

No que se refere aos sistemas agrários indígenas, ainda há lacunas importantes de conhecimento, reflexo da escassez de registros históricos sobre essas populações no período colonial (Cunha, 1992). Sabe-se, contudo, que diferentes grupos indígenas ocuparam o atual território do Rio Grande do Sul. Os Charruas e os Minuanos estavam mais associados às áreas de fronteira; os Kaingangs ocupavam regiões de mata no planalto; enquanto os Guaranis, mais numerosos, distribuíam-se por uma extensa área que abrangia o litoral, a depressão central e a região missioneira.

Na Serra do Sudeste, há registros da presença de grupos como Tapes e Arachanes, vinculados ao universo Mbya Guarani (Ribas *et al.*, 2004). Esses povos possuíam profundo conhecimento da biodiversidade local e desenvolveram práticas culturais que permanecem incorporadas à cultura regional. O uso da erva-mate e o hábito do chimarrão são exemplos de legado do modo vida indígenas para a cultura gaúcha.

O sistema agrário jesuítico, por sua vez, tem origem nas reduções missioneiras. Em 1634, os padres Cristóbal de Mendoza e Pedro Romero introduziram rebanhos bovinos nas missões, estabelecendo as bases da pecuária regional. Esse sistema se expandiu para além das reduções, originando áreas conhecidas como vacarias. Nas missões, desenvolveu-se uma organização produtiva relativamente autossuficiente, sustentada por técnicas agrícolas introduzidas pelos jesuítas e adaptadas ao contexto local (Flores, 1983).

A destruição desse sistema, após a Guerra Guaranítica em 1756, marcou uma inflexão decisiva na organização territorial. A desestruturação das missões abriu espaço para a expansão da ocupação luso-brasileira. Parte das tropas portuguesas, envolvidas no conflito, estabeleceu-se na região de Rio Pardo, a partir de onde avançou sobre áreas do atual território de Encruzilhada do Sul, ocupando e formando as estâncias (Vasques, 2018). Desse modo, as disputas fronteiriças entre os impérios ibéricos não apenas redefiniram limites políticos, mas também aceleraram a ocupação e a apropriação territorial, consolidando novas formas de uso da terra e estabelecendo as bases para o sistema estancieiro que se desenvolveria nas décadas seguintes.

4. O período de domínio das estâncias e das técnicas agropastoris em Encruzilhada do Sul

O município de Encruzilhada do Sul foi constituído a partir da vertente norte, no contexto da interiorização pelo rio Jacuí, sendo desmembrado, em 1849, de Rio Pardo, núcleo fundamental na consolidação do domínio e da expansão portuguesa no sul do Brasil. Essa localidade, guarnecida pelos dragões de Rio Pardo, possuía forte presença militar, abrigando figuras como o tenente-coronel Patrício Correia Câmara, veterano da Guerra Guaranítica (Saint-hilaire, 1987). O traço militar também se expressa simbolicamente na escolha da padroeira do município, Santa Bárbara, associada à artilharia do Exército brasileiro.

A localização da sede municipal, situada sobre o interflúvio das bacias hidrográficas dos rios Camaquã e Pardo, revela uma escolha estratégica. Tal posição favorecia a proteção

Paralelamente, ocorreram concessões de terras em forma de datas para casais açorianos, além de ocupações por posse e meação.

Os limites das propriedades eram definidos, inicialmente, por elementos naturais, como rios, matas, vales e coxilhas. Somente após a Lei de Terras de 1850 intensificou-se a demarcação com cercas de pedra e, posteriormente, aramados, visando o controle do gado. As fontes históricas indicam a presença de gado solto, denominado “*cimarrón*”, em extensas áreas conhecidas como vacarias. Nessas áreas, o gado era capturado, abatido e utilizado tanto para consumo quanto para a produção de couro e sebo, produtos de valor econômico. A base genética desse rebanho era de origem luso-espanhola, constituindo o núcleo da formação das estâncias gaúchas, com raças ibéricas como turdetano, retinto, bragançano e minhota (Gameiro, 2025).

Associado a esse sistema emerge a figura do gaúcho, profundamente vinculada ao cavalo e à vida pastoril nos pampas. Os tropeiros desempenhavam papel essencial na articulação territorial, conectando a região aos centros dinâmicos de São Paulo, Minas Gerais, às Missões e à Bacia do rio da Prata (Cardoso, 2025). Nesse contexto, consolidam-se técnicas fundamentais como a doma, o uso de encilhas, o pastoreio e o abate do gado (Assunção, 2011).

A memória regional preserva essas práticas por meio de narrativas e produções literárias. Darcy Azambuja retrata, em obras como “*O Galpão*” (1995) e “*Coxilhas*” (1965), a vida campeira, os valores e a paisagem rural, construindo a imagem do gaúcho como figura central desse período. Ao mesmo tempo, já evidencia tensões entre o sistema tradicional de campo aberto e a introdução de propriedades cercadas. De forma semelhante, Antônio Bica (1984, 1990) registra, em sua produção, uma visão marcada pela nostalgia e pela percepção das transformações no espaço rural. Seus relatos evidenciam tanto a permanência de práticas tradicionais quanto mudanças estruturais, como o êxodo rural e a conversão de áreas de criação em lavouras e pastagens plantadas, fenômenos intensificados ao longo do século XX (Fontoura, 2000).

Os relatos de viajantes também oferecem importantes registros sobre a região. Em 1821, Auguste de Saint-Hilaire descreveu Rio Pardo como um núcleo em consolidação, com construções em alvenaria substituindo estruturas precárias, indicando dinamismo econômico baseado, sobretudo, na produção de trigo e couro.

A cultura do trigo desempenhou papel relevante no abastecimento local, diante das dificuldades logísticas de importação de mercadorias. Introduzida e desenvolvida pelos colonos açorianos, essa cultura consolidou-se como uma das principais atividades agrícolas da região (Santos, 2007).

² Sesmaria foi o sistema de distribuição de terras predominante no Brasil colonial, onde a coroa Portuguesa doava uma área de terras (em torno de 13 mil hectares) quem pudesse explorar. Na fronteira sul do Brasil, era doado a militares, esse sistema servia para se apossar das terras em disputa com os espanhóis e Jesuítas. (MURADAS, 2008).

O sucesso do cultivo está associado ao domínio técnico prévio desses colonos, habituados às práticas agrícolas no arquipélago dos Açores (Laytano, 1981). Além disso, a produção doméstica de alimentos, com criação de aves e suínos, integrava o sistema produtivo familiar, voltado prioritariamente à subsistência, com eventual comercialização de excedentes (Cotrim, 2015; Langbecker, 2016). Assim, a matriz produtiva de local manteve-se predominantemente agropastoril, com episódios pontuais de atividade mineradora.

Até o final do século XIX, a produção agropecuária destinava-se majoritariamente à autossuficiência das estâncias. A integração com mercados mais amplos ocorria principalmente por meio da comercialização de couro, sebo e gado para as charqueadas de Pelotas e São Jerônimo. Com a crise da economia charqueadora, no início do século XX, ocorre a transição para um novo modelo, baseado nos frigoríficos, como o *Swift*, em Rio Grande, e o Rio-grandense em Pelotas.

Nesse período, verifica-se também a fragmentação das grandes propriedades. Entre 1920 e 1950, reduz-se a proporção de estabelecimentos com mais de mil hectares, ao mesmo tempo em que aumenta o número de pequenas propriedades. Esse processo está associado tanto ao declínio econômico das estâncias quanto ao esgotamento técnico da pecuária extensiva (Ribas; Miguel, 2012). Paralelamente, a pecuária passa por transformações significativas, com a introdução de raças europeias, como Charolês, *Angus* e *Hereford*, e a redução do ciclo produtivo dos bovinos, ajustando-se às exigências da indústria frigorífica (Fontoura, 2000).

Por fim, o caráter patrimonialista e conservador das elites estancieiras marcou profundamente a organização do território entre os séculos XIX e XX. A concentração de poder econômico e político permitiu a manutenção de estruturas fundiárias e produtivas semelhantes às de outros municípios da região sul e de fronteira, historicamente baseados na criação extensiva de gado (Cardoso, 2025; Fontoura, 2000).

5. O século XX: a tecnificação seletiva e a revolução verde

A diversificação produtiva no município de Encruzilhada do Sul não se configurou apenas como uma necessidade interna das unidades produtivas, sejam elas grandes ou pequenas, mas também como resultado direto de políticas de incentivo estatal. A introdução da lavoura de arroz remonta ao final do século XIX, especialmente em áreas de várzea, como o Vau dos Prestes, a costa do arroio Abranjo e a região do Piquiri, na divisa com Cachoeira do Sul. Já em 1893 há registros da construção de um engenho de beneficiamento de arroz, trigo e milho pelo imigrante italiano Antônio Labriola (Pedroso, 1985). Os incentivos governamentais exerceram papel decisivo nesse processo. Conforme

Pedroso (1985), em 1916 o governo estadual já fomentava a cultura do trigo, com incentivos, como a construção do Engenho Progresso, considerado estratégico para o desenvolvimento desta cultura para a região.

A melhoria da base técnica da agricultura constituiu elemento central para a superação relativa da pecuária tradicional. Em 1938, foi inaugurado o Campo de Multiplicação de Sementes, com aproximadamente 405 hectares, idealizado pelo agrônomo e político Ataliba Figueiredo Paz, então secretário de Agricultura do estado. Localizado a 17 km da sede municipal, o espaço tornou-se referência na pesquisa e multiplicação de sementes de trigo, linho e cevada nas décadas de 1940 e 1950. Posteriormente, o campo foi transformado em Centro Experimental de Encruzilhada do Sul, ampliando sua atuação na década de 1960 para culturas como: milho, feijão, girassol e batata. Já na década de 1970, observa-se a introdução de essências florestais (*pinus*, eucalipto e erva-mate), evidenciando a expansão da silvicultura no município. Nos anos 1990, o espaço foi redirecionado à pecuária, sendo atualmente denominado Centro Estadual de Diagnóstico e Pesquisa em Ovinocultura. (FEPAGRO, 2014).

Esse percurso evidencia que a modernização técnica ocorreu de forma gradual e seletiva, iniciando-se pelo melhoramento de sementes, uso de adubos e mecanização agrícola. Na pecuária, as transformações envolveram avanços em genética, sanidade, nutrição e manejo (Fontoura, 2000). Em um segundo momento intensificou-se a mecanização das atividades agrícolas, bem como o uso de insumos químicos, fortemente sustentadas por políticas de crédito rural (Dornelas, 2020).

A compreensão desse processo exige a articulação entre escalas. O período posterior à Segunda Guerra Mundial (1945) inaugura um contexto geopolítico marcado pela polarização entre capitalismo, liderado pelos Estados Unidos, e socialismo, sob influência da União Soviética. Inserido nesse cenário, o Brasil alinhou-se ao bloco capitalista, reforçando sua posição na divisão internacional do trabalho como economia periférica e agrário-exportadora.

A partir da década de 1930, com a crise do modelo agroexportador, ocorre uma inflexão rumo à industrialização, consolidada no período varguista. Esse movimento se intensifica nas décadas seguintes, especialmente com Juscelino Kubitschek, cuja política desenvolvimentista promoveu a expansão da infraestrutura e da indústria de base.

No campo, o debate sobre a questão agrária ganha centralidade, especialmente nos anos 1950 e início dos anos 1960, com a ascensão de João Goulart e a proposição de reformas estruturais, incluindo a reforma agrária. Esse debate mobilizou intelectuais, políticos e instituições, dividindo-se entre aqueles que defendiam a redistribuição fundiária; como Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Florestan Fernandes e, aqueles que enfatizavam a modernização técnica da agricultura.

Entre os principais representantes desta última vertente destaca-se Antônio Delfim Netto, que defendia que o principal entrave da agricultura brasileira era a baixa

produtividade, e não a estrutura fundiária (Netto, 1963). Para esse autor, a solução residia na ampliação do crédito rural, mecanização, uso de insumos modernos e integração ao mercado (Delgado, 2005).

O golpe civil-militar de 1964 redefiniu os rumos dessa disputa, consolidando uma estratégia de modernização agrícola baseada na intensificação técnica sem alteração significativa da estrutura fundiária; processo amplamente caracterizado na literatura como modernização conservadora. O principal instrumento jurídico dessa política foi o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que, embora prevísse a reforma agrária, teve sua implementação subordinada à modernização produtiva.

No município de Encruzilhada do Sul, a análise da estrutura fundiária permite compreender os efeitos territoriais dessas políticas. Segundo dados do INCRA³, observa-se um aumento no número total de imóveis rurais entre 2005 e 2018, fenômeno associado, em grande medida, ao recadastramento fundiário e à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Tabela 1. Estrutura fundiária do município de Encruzilhada do Sul - RS, anos 2005 e 2018

Ano	Total		Grandes propriedades		Médias propriedades		Pequenas propriedades		Minifúndios	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
2005	4685	315635	89	91.611	436	109.585	1379	78.726	2660	35.150
2018	6495	436454	92	105.814	566	146.698	1853	128.476	3984	55.467

FONTE: INCRA, 2025. Feito pelo autor.

Apesar do predomínio numérico dos minifúndios (61,3%), estes ocupam apenas 12,7% da área total do município. Em contrapartida, as médias e grandes propriedades, que somam cerca de 10% dos imóveis, concentram aproximadamente 60% da área total. Esse padrão evidencia a persistência da concentração fundiária, mesmo em um contexto de fragmentação formal das propriedades.

Os dados oficiais mais antigos, que abrangem todo o município, dos quais são possíveis de traçar uma a evolução das áreas dos estabelecimentos agropecuários, retornam aos anos de 1940 até o último de Censo agropecuário de 2017.

³ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA) estabelece que módulo fiscal é uma unidade (em hectares) fixado para cada município segundo a exploração econômica predominante (horticultura, agricultura, pecuária, extrativismo). O módulo fiscal do município de encruzilhada do Sul é de 35 hectares, se enquadrando na zona típica de pecuária. Assim, os minifúndios (os imóveis com área menor que 1 módulo fiscal) são inferiores a 35 hectares, as pequenas propriedades (aquelas com área de 1 a 4 módulos fiscais) vão de 35 a 140 hectares. Já as médias propriedades (com área de 4 a 15 módulos fiscais) são de 140 a 525 hectares. Por fim, as grandes propriedades (imóveis com mais de 15 módulos fiscais) são imóveis superiores a 525 hectares.

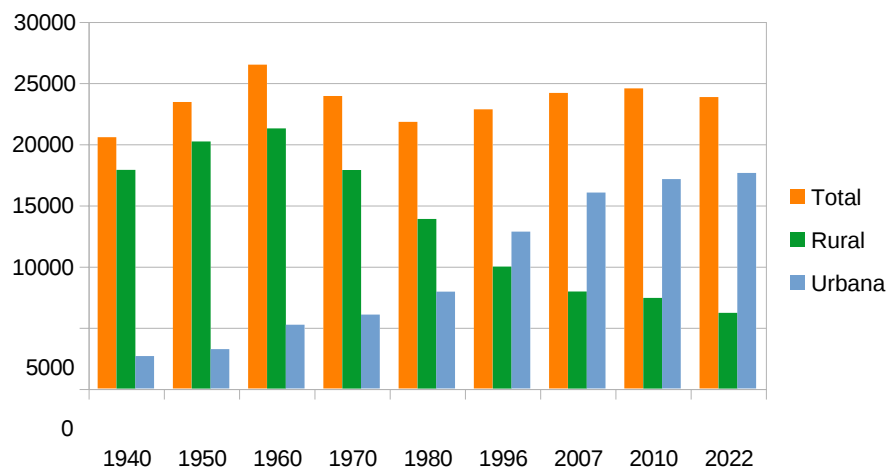
Tabela 2. Grupo de estabelecimentos e área (ha) do município de Encruzilhada do Sul.

Ano do Censo	Até 100 ha		De 100 a <200 ha		De 200 a <500 ha		Mais de 500 ha		Total	
	Est.	área	Est.	área	Est.	área	Est.	área	Est.	área
1940	2481	72976	290	41651	261	81739	164	205132	3195	402502
1960	2370	76778	333	46648	250	75463	128	146268	3081	345247
1985	3909	90997	341	46491	249	78433	136	142345	4540	358247
2006	2119	51761	226	30680	195	58937	157	125194	2697	266573
2017	1551	45600	216	29298	181	57940	93	158795	2051	291640
2017	75,62%	15,64%	10,53%	10,05%	8,82%	19,87%	4,53%	54,45%	-	-

Fonte: IBGE, censos agropecuários de 1940 a 2017. Organizado pelo autor.

Os dados censitários do IBGE reforçam essa interpretação ao demonstrar a evolução dos estabelecimentos agropecuários ao longo do século XX. Observa-se um crescimento no número de pequenas e médias propriedades até a década de 1970, seguido por um processo de retração e reconcentração fundiária nas décadas posteriores. Em 2017, os estabelecimentos com mais de 500 hectares representavam apenas 4,53% do total, mas controlavam 54,45% da área.

Uma segunda observação, ao se compararem as Tabelas 1 e 2, refere-se ao fato de que o número de estabelecimentos é inferior ao de títulos de propriedade, indicando maior concentração da exploração econômica da terra em relação à sua posse legal. Em outros termos, verifica-se a existência de mais que o dobro de proprietários em relação aos produtores. Tal configuração evidencia, em primeiro lugar, que a terra permanece como fonte de poder e de apropriação de renda, mesmo quando seus detentores não residem na área. Por outro lado, esse cenário também se relaciona ao processo de êxodo rural, iniciado na década de 1960, intensificado nas décadas de 1970 e 1980, e ainda persistente nos anos 1990 e no presente século, conforme será demonstrado.

Figura 2. Evolução da população total, rural e urbana de Encruzilhada do Sul.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2022. Organizado pelo autor.

O êxodo rural e a queda geral na população do município de Encruzilhada do Sul é também reflexo da crise econômica, que se abateu na metade sul, refletindo inclusive no baixo Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH), nas décadas de 70, 80 e 90. Essa crise teve suas raízes na desvalorização econômica dos produtos do sistema “sesmeiro-pecuarista”, que predominou até a década de 50 (Ribas e Miguel, 2012). A partir de então, a falta de competitividade e a baixa rentabilidade da agropecuária do município, levou ao empobrecimento e dissolução da pecuária extensiva (tradicional) e da agricultura de baixa tecnificação. Esse movimento está diretamente associado às transformações na base técnica da produção e à reestruturação das relações de trabalho no campo. Entre as décadas de 1960 e 1970, a introdução de tecnologias vinculadas à Revolução Verde promoveu a substituição progressiva da força de trabalho humana e animal por máquinas e insumos industriais, favorecendo unidades produtivas mais capitalizadas.

Como consequência, intensificou-se o êxodo rural, especialmente entre jovens e mulheres, fenômeno que resultou no envelhecimento e masculinização da população rural (Camarano; Abramovay, 1999). No caso de Encruzilhada do Sul, a população rural, que representava cerca de 80% do total na década de 1960, reduziu-se para aproximadamente 26% em 2022.

As políticas públicas também exerceram papel relevante na reorganização territorial. Os projetos de reforma agrária contribuíram para o repovoamento do município através dos assentamentos⁴ que transformaram grandes propriedades em unidades produtivas menores, introduzindo novas dinâmicas sociais e econômicas.

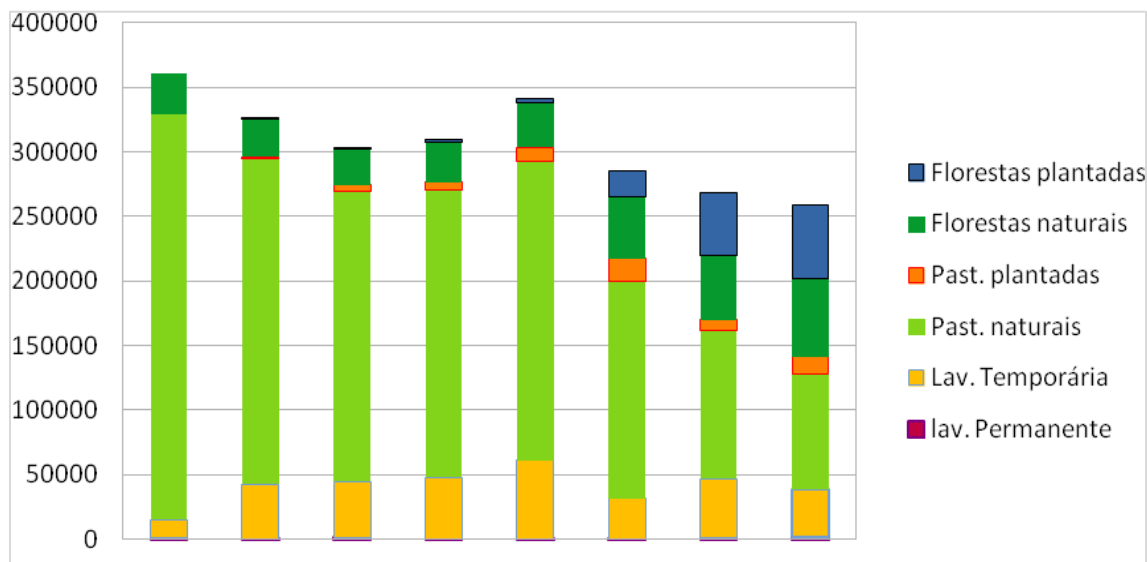
No plano técnico, a modernização agrícola foi fortemente impulsionada pela institucionalização do crédito rural. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, consolidou mecanismos de financiamento voltados à mecanização, uso de insumos e expansão da produção. Esse sistema operava por meio de instituições como o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), articulando-se com políticas de assistência técnica, como as desenvolvidas pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e, posteriormente, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), instituída em 1966, também foi fundamental para assegurar a rentabilidade das culturas agrícolas, especialmente cereais como arroz, milho e trigo, ampliando as lavouras comerciais.

Essas políticas resultaram em mudanças significativas no uso da terra. Enquanto na década de 1940 predominavam amplamente as pastagens naturais, ao longo das décadas seguintes observa-se a expansão das lavouras temporárias e, posteriormente, das florestas plantadas. A partir da década de 1990, a silvicultura (acácia-negra, pinus e eucalipto),

⁴ Ao todo foram assentadas 243 famílias no município, vindas principalmente do norte do estado, em 7 assentamentos. Essa política pública redistributiva e repovoadora, transformou cinco grandes propriedades e duas médias em 243 estabelecimentos com área entre 23 e 33 hectares.

consolida-se como atividade relevante, alcançando mais de 57 mil hectares em 2017 e cerca de 70 mil hectares em 2024.

Figura 3. O uso da terra no município de Encruzilhada do Sul



Fonte: IBGE, Censos agropecuários de 1940 até 2017. Organizado pelo autor.

Paralelamente, culturas como soja e trigo passam por ciclos de expansão e retração, articulando-se às dinâmicas do mercado nacional e internacional. A reintrodução da soja nos anos 2010, associada ao sistema de rotação com o trigo, evidencia a crescente integração do município aos circuitos do agronegócio.

Em síntese, o século XX marca a transição de um território predominantemente agropastoril, baseado em técnicas extensivas, para um espaço progressivamente integrado à lógica da produção capitalista moderna (Graziano da Silva, 1996). Essa transformação, contudo, não rompeu com as bases estruturais da concentração fundiária, revelando a permanência de elementos históricos na configuração atual do território.

6. Dos anos 1970 aos anos 1990: o declínio do rebanho, a mecanização, a silvicultura e a soja.

A partir da década de 1970, o município de Encruzilhada do Sul passa por transformações significativas em sua base produtiva, marcadas por mudanças técnicas, econômicas e territoriais que reconfiguram o uso da terra e as relações sociais no campo. Esse período é caracterizado pelo declínio progressivo da pecuária tradicional, pela intensificação da mecanização agrícola e pela introdução de novas atividades produtivas, como a silvicultura e a soja.

Os dados estatísticos evidenciam uma expressiva redução nos efetivos de bovinos, ovinos, suínos e aves, fenômeno associado tanto à diminuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar quanto à retração das áreas de pastagem natural.

Tabela 3. Efetivo rebanho do município de Encruzilhada do Sul, nos anos 1940 a 2024.

Ano	Bovinos	Equinos	Muares	Ovinos
1940	165.958	23.692	349	32.425
1960	150.349	16.540	68	117.277
1980	180.815	13.309	26	143.776
1995	178.671	7.914	10	97.711
2006	112.112	4.985	21	69.470
2017	90.256	3.469	21	44.425
2024*	94.133	4.300	-	60.000

Fonte: IBGE, Censos de 1940 até 2017 e Pesquisa agropecuária municipal 2024*, organizado pelo autor.

As quedas mais acentuadas ocorreram entre os muares (cerca de 90%), equinos (80%), ovinos (50%) e bovinos (40%). Tal dinâmica não indica apenas a redução dos animais tradicionalmente utilizados no trabalho rural, vinculados à tração e às atividades da lida campeira, mas também a diminuição dos rebanhos destinados à produção de carne e leite. O efetivo bovino, embora tenha apresentado relativa estabilidade em períodos mais recentes, passa a se reorganizar sob novas formas produtivas, integrando sistemas como lavoura/pecuária e pecuária/silvicultura.

Os dados dos censos agropecuários, a partir da década de 1960, revelam uma diversificação significativa da produção, especialmente no âmbito da lavoura temporária. Contudo, o aspecto mais relevante se refere à transformação da base técnica e da força de trabalho empregada. Na década de 1950, registravam-se mais de 4 mil animais de trabalho e apenas 32 tratores, todos com potência inferior a 50 CV (cavalo-vapor). Em 1960, esse número passa para 3.116 animais e 104 tratores, dos quais 18 já superavam a potência anterior. Em 1980, observa-se uma inflexão decisiva, com 734 tratores em operação, sendo 579 com mais de 50 CV e 62 com mais de 100 CV. Nas décadas subsequentes, há uma relativa estabilização no número de máquinas, acompanhada, entretanto, pelo aumento de sua potência e pela incorporação de novos implementos agrícolas, como pulverizadores, grades e plantadeiras mecânicas.

Esse processo de modernização técnica intensificado, sobretudo a partir do Estatuto da Terra de 1964, produziu impactos graduais, porém estruturais, na agricultura local. Destacam-se, nesse contexto, as mudanças na organização do trabalho e na estrutura familiar, com a redução do tamanho das famílias rurais e sua crescente migração para os centros urbanos. Paralelamente, consolida-se o objetivo de transformar a grande propriedade em empresa agrícola, mediante a incorporação de técnicas modernas inicialmente introduzidas por grandes empreendimentos, como os vinculados à indústria da madeira e, posteriormente, à produção de soja. Os efeitos sociais desse processo manifestam-se de forma ampla, sobretudo na retração e na perda de sustentabilidade da agricultura familiar, bem como no intensificado êxodo rural, configurando uma tendência observada em escala estadual no Rio Grande do Sul (Rossato, 2008).

Os principais motivos são a falta de acesso a mercados, produção com baixo valor agregado (in natura), baixa competitividade frente a produção industrializada (Hein; Silva, 2019).

O século XX foi de intensa transição de uma agricultura de base familiar para uma produção empresarial, tecnificada e com expressiva redução de mão de obra. No período de 2006 a 2017 o município de Encruzilhada do Sul passa de 2092 estabelecimentos familiares para 1428, reduzindo a área de 60.478 para 52.534 hectares. Boa parte destas famílias, agora desterritorializadas, reside na área urbana, porém trabalham nas áreas rurais, principalmente na silvicultura (Binkowski, 2014).

Historicamente, a pecuária extensiva constituiu a principal atividade econômica do município, estruturando grandes propriedades e demandando relativamente pouca mão de obra. No entanto, a partir dos anos 1970, esse modelo começa a perder dinamismo, tanto em função de mudanças nos padrões produtivos quanto pela crescente inserção da agricultura mecanizada. A introdução de máquinas e insumos modernos promove uma reconfiguração das práticas produtivas, reduzindo a necessidade de trabalho humano e alterando a organização do espaço rural.

Esse processo de modernização técnica não ocorreu de forma homogênea, mas esteve associado a políticas públicas e incentivos estatais, que favoreceram determinados setores. Nesse contexto, a silvicultura emerge como uma atividade estratégica, impulsionada por programas de incentivo fiscal e pela demanda da indústria de celulose e papel. A expansão das plantações de espécies exóticas, como eucalipto e *pinus*, ocupou extensas áreas do território municipal, especialmente onde se desenvolvia a pecuária.

Tabela 4. Evolução da área (ha) da Silvicultura no município de Encruzilhada do Sul.

ANO	1970	1980	1995	2000	2009	2016	2020	2024
Eucalipto	176	1.513	5.474	28.000	27.900	23.000	28.000	27.000
Pinus	4	1.328	10.421	26.000	24.700	25.000	25.060	26.000
Outras (acácia)	2.374	185	7619	25.000	21.900	31.000	22.900	20.000
Área total	2.554	3086	23.514	74.200	74.500	79.000	75.960	73.000

FONTE: IBGE, Censos agropecuários e produção da Silvicultura. Organizado pelo autor.

Os dados estatísticos demonstram que a silvicultura alcançou 79 mil hectares, superando as demais culturas. Uma das grandes responsáveis por essa expansão é a *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones* (CMPC), uma empresa multinacional chilena, com uma das maiores plantas industriais em Guaíba-RS. Esta empresa, que é a

maior detentora de terras no município, comprou a Aracruz Celulose em 2009, a qual já havia adquirido a antiga Riocell (2003). Segundo dados de manejo 2022/2023, a mesma detém 41.593 hectares no município de Encruzilhada do Sul, constituindo-se na maior área florestal da empresa por município, sendo que destas 17.685 produtivas e 3.509 hectares por plantar, o que indica um processo em expansão.

A silvicultura apresenta características específicas que impactam diretamente o território: trata-se de uma atividade de larga escala, com baixa intensidade de trabalho e forte concentração fundiária. Dessa forma, sua expansão contribuiu para a redução da densidade populacional no campo, uma vez que substitui atividades mais intensivas em mão de obra. Além disso, promove uma homogeneização da paisagem, com implicações ambientais e sociais relevantes (Binkowski, 2014).

Paralelamente, a introdução da soja representa a incorporação do município à lógica da agricultura moderna. A cultura da soja, altamente mecanizada e dependente de insumos industriais, consolida um modelo produtivo baseado na maximização da produtividade e na integração aos circuitos globais de comercialização. Assim como a silvicultura, a soja é cultivada em grandes extensões de terra e reduzida força de trabalho, reforçando processos de concentração fundiária e exclusão social.

Essas transformações indicam uma mudança na racionalidade que orienta o uso do território. Se anteriormente a pecuária extensiva estruturava o espaço com base em um uso relativamente estável e pouco intensivo, o período em questão inaugura uma lógica produtiva marcada pela eficiência técnica, pela especialização e pela inserção em mercados ampliados. Como sugere Milton Santos (2002), o território passa a ser utilizado como recurso, subordinado às exigências de agentes econômicos externos e às dinâmicas do mercado.

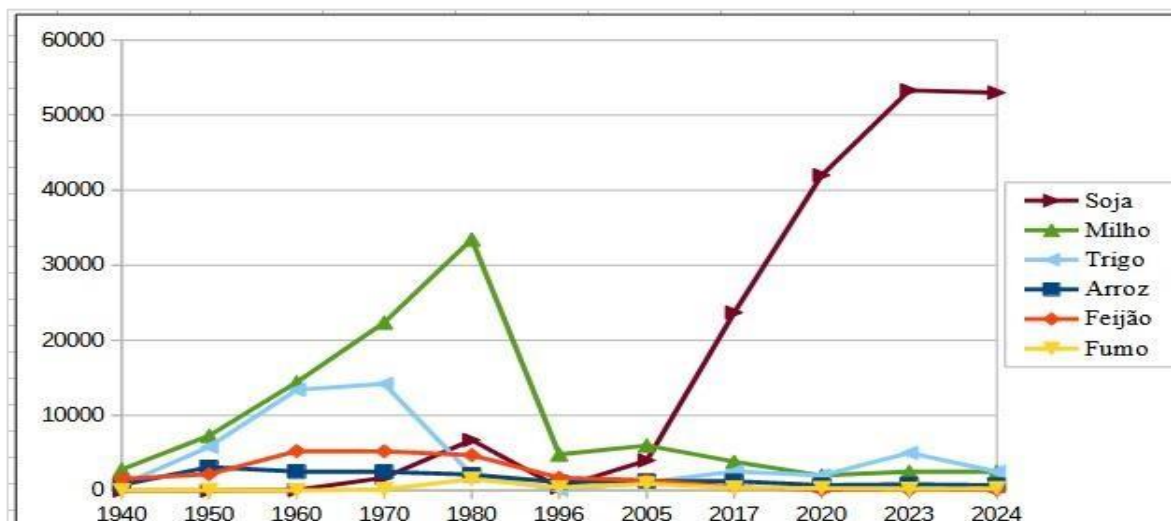
Entretanto, esse processo não ocorre sem contradições. A redução da necessidade de mão de obra, associada à mecanização e à expansão de atividades de baixa intensidade laboral, contribui para o êxodo rural e para o esvaziamento demográfico de determinadas áreas. Pequenos produtores enfrentam dificuldades para manter-se na terra, seja pela pressão econômica, seja pela incapacidade de competir com os novos padrões produtivos.

Desse modo, o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990 pode ser interpretado como um momento de inflexão no desenvolvimento territorial de Encruzilhada do Sul. A substituição parcial de atividades tradicionais por novas formas de uso da terra não apenas altera a base econômica local, mas redefine as relações sociais, o acesso à terra e a própria configuração do território.

A lavoura temporária também sofreu grandes transformações no decorrer do século XX. Diversos fatores de cunho socioeconômico contribuíram neste processo. Houve uma diversificação produtiva, inicialmente, a especialização em três principais produtos (milho, trigo e arroz), nas décadas de 70, 80 e 90 e, uma redução à monocultura da soja no início

deste século (XXI), principalmente após 2010, quando a área de plantio aumentou consideravelmente. Em destaque está a evolução das principais lavouras temporárias.

Figura 4. As principais culturas da lavoura temporária, de Encruzilhada do sul, entre 1940 e 2024.



Fonte: IBGE, Censos agropecuários de 1940 até 2017 e PAM 2020 a 2024. Organizado pelo autor.

O gráfico destaca as seis culturas, que correspondiam a 41% das lavouras temporárias em 1940, mas se expandem para 43%, em 1950, serão 82% em 1960 e alcançam 97% em 1970, auge da especialização. Nesta época foi o auge das lavouras de milho e trigo. Em época mais recente, no ano de 2024 essas seis culturas representam 91,8% das lavouras temporárias, sendo a maior parte (82%) de soja.

Os dados históricos revelam que não havia uma tradição no plantio de soja. Esta leguminosa foi inserida nas lavouras da metade norte no Rio Grande do Sul, porém não há registros de grandes plantios no município até a década de 1970. Naquele ano a soja foi cultivada em 38 propriedades, distribuído em 1705 hectares, média de 45 hectares por produtor. Na década de 1980 há uma leve evolução na área de plantio.

O grande salto da soja se dá a partir dos anos 2011 em diante, impulsionada principalmente pela liberação da transgenia e comercializada pela Cooperativa Tritícola de Ibirubá (COTRIBA). A partir de 2017 são mais de 20 mil hectares, passando para mais de 40 mil hectares em 2020 e chegando a 53 mil hectares em 2024, o que representa 82,4% das lavouras temporárias. Um dos fatores importantes no êxito da soja no município foi o aumento expressivo na produtividade, que passou dos pouco mais de 20 sacas (1200 kg/ha) por hectares para uma média de 40 a 50 sacas. Esse salto qualitativo foi devido ao melhoramento das sementes, insumos, uso de adubo, calcário e melhoria no manejo, com plantio direto. O processo de mecanização das lavouras avançou com a fabricação de grades, plantadeiras e pulverizadores articulados, o que são mais eficientes nos relevos de

coxilhas, permitindo sua expansão sobre o bioma pampa, inclusive provocando a retração de outras lavouras (Hettwer, 2025).

A expansão da soja revela também outra característica. Enquanto outras culturas (arroz, milho e feijão) tem área média, respectivamente de 32, 3,7 e 0,5 hectares, o plantio da soja, era feito, em 2017, por 176 produtores com área média de 135 hectares. Ao analisar os últimos dados censitários pode-se observar que a área média aumentou, superando as 200 hectares por produtor. Assim, muda o perfil da lavoura temporária. De pequenos plantios, diversificados para grandes lavouras monoculturas, com uso de maquinário, adubos químicos, agrotóxicos e com sementes transgênicas.

Outra cultura associada a soja é o trigo. No ano de 2017 ele foi cultivado em apenas 10 propriedades, uma média de 252 hectares por produtor. Portanto há correlação do binômio Soja/Trigo. Todavia é uma produção que dispensa mão de obra, pois é altamente mecanizada, do plantio à colheita, atendendo aos imperativos internacionais e ao modelo técnico científico informacional (Santos, 1988; 2000; 2011).

O número de pessoas ocupadas vem diminuindo a cada década pesquisada. Em 1980 havia 15.117 pessoas ocupadas na agricultura, sendo 13.107 com laços de parentesco com o produtor e mais de 2.000 contratadas. Em 1996, o número de ocupados caiu para 9.396, nova queda em 1996 (6.906 pessoas) e chega a 5.579 no ano de 2017, sendo 4.044 com laços de parentesco com o proprietário e 1.535 sem laços de parentesco. Destes, 902 contratos permanentes e 531 temporários.

Os dados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) revelam que, nos últimos anos, há em média 1000 empregados na zona rural de Encruzilhada do Sul. Ao analisarmos os dados de dezembro de 2025 notamos que 423 pessoas estão empregadas na silvicultura, sendo 192 em plantio e manejo e 237 em apoio a produção florestal, provavelmente sejam empresas, como a Carpelô, que presta serviços no corte de florestas. Os demais 540 empregados estão distribuídos em: 173 empregados na pecuária, 123 em atividades de apoio a agropecuária, 44 na lavoura temporária e 204 na lavoura permanente.

A tendência é que as atividades na silvicultura sejam mecanizadas, substituindo a mão de obra por máquinas. Os dados históricos denotam que essa atividade empregava cerca de 510 pessoas entre os anos 2021 a 2023, passando para 480 em 2024 e chegando a 423 em dezembro de 2025, demonstrando a retração no número de empregados, embora a área ocupada esteja estável.

Por último, destaca-se que a lavoura permanente tem se consolidado no município de Encruzilhada do Sul, principalmente a partir dos anos 2000, pelo cultivo de uvas (*Vitis vinifera*) (Machado, 2023). A partir do ano 2012 consolida-se o plantio de oliveiras (*Olea europaea* L.) e 2015, com o plantio de nogueiras (*Carya illinoensis*). Estas lavouras se somaram ao cultivo de amoras, dos citros, das macieiras e pessegueiros. A lavoura permanente vem se consolidando no município, aumentando a demanda por mão de obra,

gerando emprego e renda. No mês de dezembro de 2025 empregava 204 pessoas em regime permanente e, nos meses de janeiro e fevereiro, esse contingente tem o incremento de mais 180 empregos, em ocasião à colheita da uva.

A sustentabilidade socioeconômica envolve o social, o ambiental, o político, o econômico e o cultural. Do ponto de vista ambiental qualquer cultivo agrícola gera impacto, porém o que os diferencia é a intensidade, natureza da cultura e manejo. É possível discutir a rentabilidade por área ocupada do município, pelo viés econômico. No entanto, os aspectos sociais poderiam ser usados como parâmetro para os investimentos públicos, ou seja, quais tipos de cultivo geram mais emprego e renda para o município, por área ocupada. A análise dos dados socioeconômicos do IBGE, de área ocupada com produção com os dados de emprego do CAGED deduz-se que, para gerar 1 emprego no município, são ocupadas 152 hectares da silvicultura, 295 hectares de lavoura temporária e cerca de 8 hectares na lavoura permanente, principalmente na vitivinicultura, que é quem mais emprega neste segmento.

A mão de obra masculina é predominante nos postos de trabalho agrícola. No entanto, a viticultura do município de Encruzilhada do Sul tem revelado outra realidade, destacando-se como o segmento que demanda boa quantidade de mão de obra feminina, principalmente no período da colheita, o que equilibra a demanda por mão de obra no campo, promovendo a diversidade, o complemento da renda familiar e a remuneração igualitária entre gêneros (Tonnini; Bellé; Flores, 2024). Esse segmento tem crescido e se diversificado, ainda que alguns estudos sustentem que não se configurem como um arranjo produtivo local (Silva *et al.*, 2016). Entretanto, a vitivinicultura é extremamente relevante sob o ponto de vista da sustentabilidade social e é o que destacaremos nos próximos estudos.

7. Considerações finais

A trajetória histórica do território de Encruzilhada do Sul revela uma formação marcada por continuidades estruturais e inflexões técnicas que, longe de se anularem, se sobrepõem e se reconfiguram ao longo do tempo. Desde a consolidação das estâncias, com predomínio das práticas agropastoris, assentadas sobre grandes extensões de terra e baixa densidade técnica, até as transformações observadas no século XX, observa-se a permanência de uma lógica fundiária concentrada, combinada com sucessivas mudanças nos usos e nas formas de valorização do território.

Durante mais de um século, a pecuária extensiva organizou não apenas a economia local, mas também as relações sociais, os modos de vida e a própria paisagem, imprimindo uma racionalidade baseada no uso amplo da terra e em técnicas relativamente estáveis. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, essa lógica passa a ser tensionada por novos vetores de transformação. A

mecanização, a introdução de culturas voltadas ao mercado e a expansão da silvicultura inauguram um novo momento, no qual o território deixa de ser apenas suporte de práticas tradicionais e passa a ser progressivamente apropriado como recurso técnico-econômico.

Esse movimento expressa a transição para um uso do território cada vez mais subordinado a racionalidades externas, orientadas pela eficiência produtiva, pela integração a mercados ampliados e pela incorporação de tecnologias. No entanto, tais transformações não eliminam as heranças do período anterior; ao contrário, operam sobre elas. A estrutura fundiária concentrada, consolidada desde o período das sesmarias, permanece como base sobre a qual se implantam novas atividades, ao mesmo tempo em que condiciona os limites e as possibilidades dessas mudanças.

As consequências desse processo são múltiplas: reconfiguração das atividades produtivas, redução da necessidade de mão de obra, intensificação do êxodo rural e redefinição das relações entre sociedade e natureza. O território, nesse sentido, passa a refletir uma combinação de permanências e rupturas, na qual coexistem; elementos do passado agropastoris e dinâmicos associados à modernização conservadora do campo brasileiro.

É justamente nesse cenário de transformações; marcado por uma base fundiária consolidada, pela disponibilidade de extensas áreas, pela incorporação seletiva de técnicas e pela busca por novas alternativas econômicas, que se abrem as condições para a emergência de outras atividades produtivas. Entre elas, a vitivinicultura surge não como um fenômeno isolado, mas como parte de um processo mais amplo de revalorização e ressignificação do território, cuja compreensão exige analisar de que forma essa nova atividade se insere, dialoga e tenciona as estruturas previamente estabelecidas.

7. Referências

ASSUNÇÃO, Fernando O. **História del gaucho. El gaucho: ser y quehacer**. Buenos Aires: Claridad, 2011.

AZAMBUJA, Darcy. **No galpão**. Porto Alegre: editora Movimento, 9ª ed. 1995.

_____, **Coxilha**. Porto Alegre: Globo, 1956.

BERNARDES, Nilo (1963). **Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul** Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, 21(171) :596

BICA, Antônio. **Nos Pagos de Encruzilhada**. Porto Alegre, Edições Caravela, 1990.

BICA, Antônio e Rosa, Quintino da. **O Gaudério**. Porto Alegre: SENAI de artes gráficas, 1984.

BINKOWSKI, Patrícia. **Dinâmicas socioambientais e disputas territoriais em torno dos empreendimentos florestais no sul do rio Grande do Sul**. Porto Alegre. PPGDR/UFRGS. Tese de doutorado, 2014.

BRASIL, DECRETO Nº 35.702, DE 25 DE JUNHO DE 1954. Institui o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/6/1954, Página 11489.

BRASIL, LEI Nº 4.829, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965. **Institucionaliza o crédito rural**. Brasília, Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/11/1965, Página 1146.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Texto para discussão no 621. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

CARDOSO, João Batista Fontoura. **Encruzilhada do Sul: das origens aos dias atuais e outras histórias** – parte 1. Caxias do Sul: Virtua, 2025.

CMPC. **Plano público de manejo 2022/2023**. arquivo online: disposto em: https://cmpcbrasil.com.br/wp-content/uploads/2023/03/ResumoPlanodeManejo_CMPC_02_alt5-2.pdf Acesso em fevereiro de 2026.

COTRIM, Marcelo Souza. **Pecuaría Familiar na região da Serra do Sudeste do rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS**. Porto Alegre-UFRGS, 2003. dissertação de mestrado.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. ICONE/UNICAMP, São Paulo. 1985.

_____, **A questão agrária no Brasil: 1950-2003**. In: DELGADO, In, RAMOS FILHO Octávio e ALY JUNIOR, Osvaldo (editores). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2005. p. 21 – 85.

DORNELAS, Larissa Neves de Deus. **Evolução da Política de crédito rural no Brasil: uma análise histórica**. Revista de Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.27, n.2, abr./jun. 2020.

FEPAGRO, **Panorama Interiorização da pesquisa**– Volume 2. Porto Alegre: Fepagro, 2014. disposto em: http://www.fepagro.rs.gov.br/upload/1416857097_panorama%20versao%20web.pdf

FLORES, Lucas Sobolewski e SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos. **O antigo e o moderno na obra no galpão, de Darcy Azambuja**. Rio de Janeiro: UFRJ, Revista Terceira Margem, 2018. p.105 – 125.

FLORES, Moacyr, **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini, **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha Gaúcha**. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado em Geografia)

GAMEIRO, Augusto. **A terra, o gado e os homens: a construção histórica da pecuária gaúcha**. São Paulo/USP/LAE. 10.13140/RG.2.2.12275.64801. 2025.

GONÇALVES, José Sidnei, SOUZA, Sueli Alves Moreira e FERREIRA, Célia. **Financiamento da produção agropecuária e uso de fertilizantes no Brasil, período 1950-2006**. Informações Econômicas, SP, v.38, n.9, set. 2008.

GOTTMANN, Jean. **The evolution of the concept of territory**. Social Science Information, 14 (3), 29-47. <https://doi.org/10.1177/053901847501400302> (Original work published 1975)

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996. 217 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/(des)colonial na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO e Niterói: PosGeo UFF, 2021.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HEIN, André Fernando e SILVA, Nardel Luiz Soares da **A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo**. Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 27, núm. 2, pp. 394-417, 2019. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

HETTWER, Henrique Rudolfo. **A expansão da soja transgênica no Pampa gaúcho – concentração fundiária, desmatamento e retração da produção de alimentos**. Espaço e Economia [Online], 30/2025. Acesso em 22 fevereiro 2026. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/32125>. DOI: <https://doi.org/10.4000/15il5>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). O município de Encruzilhada do Sul in. **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**, volume XXXIII, Rio de Janeiro, 1959. p. 167-173.

_____. **Censos Agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1985, 1996 e 2017.** Biblioteca online do IBGE. Disposto em <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

LANGBECKER, Tatielle Belem. **Trabalho e gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Dissertação de mestrado.

LAYTANO, Dante de. **Legado luso-açoriano na formação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Volume 2, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1981. .

MACHADO, Vagner da Silva. **A vitivinicultura como elemento organizador do espaço rural em Nova Padua e Encruzilhada do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2023. Tese de doutorado.

MIGUEL, Lovois de Andrade [Org.]. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários** SEAD/UFRGS. – 2. ed. rev. e ampl.–dados eletrônicos.– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disposto em: <https://books.googleusercontent.com/books/content?req>

MOREIRA. Alice T. Campos, [et al] Org. **Memória Encruzilhadense: Gastão Gonçalves Lopes.** Porto Alegre: Suliane Editografia Ltda. 1999.

MURADÁS, Jonas. **A geopolítica e a formação territorial do Sul do Brasil.** Porto Alegre. IGEO/UFRGS, 2008. Tese de doutorado.

NETTO, Antônio Delfim. **Problemas econômicas da agricultura brasileira.** Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo – Boletim, n. 46, Cadeira XXV. São Paulo, 1963.

PEDROSO, José. **Fundamentos da História de Encruzilhada.** Caderno nº8. Passo Fundo, 1985. Coleção da Biblioteca de Encruzilhada do Sul.

PEDROSO, José. **Elementos da História de Encruzilhada.** Encruzilhada do Sul. Compêndio da Secretaria Municipal da Cultura, Desporto e Turismo, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores.** Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

_____, **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, 7ª ed.

PESSETI, Mateus; GOMES, Ligian Cristiano. **Região e Regionalização no Rio Grande do Sul.** Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 36, p. 57-80, 2020.

PILLAR, Valério de Patta. (et al). **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília, MMA. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMIREZ, Hugo. (org.) **O Índio no Rio Grande do Sul: aspectos arqueológicos, histórico e etnográficos**. Porto Alegre: Governo do Estado - Comissão Executiva de Homenagem ao Índio, 1975.

RIBAS, Rafael Perez e MIGUEL, Lavois de Andrade. **A História e o Desenvolvimento Socioeconômico de Encruzilhada do Sul – RS. Periodizados segundo a abordagem dos sistemas agrários**. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, p. 111-143, set/dez. 2004.

RIBAS, Rafael Perez; MIGUEL, Lovois de Andrade. **A herança "sesmeira-pecuarista" e seus reflexos sobre o desenvolvimento atual: o caso de Encruzilhada do Sul-RS, segundo uma abordagem de sistemas agrários**. História Econômica & História de Empresas, [S. l.], v. 8, n. 1, 2012. DOI: 10.29182/hehe.v8i1.182. Disponível em: <https://mail.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/182>. Acesso em: 2 jan. 2026.

RODRIGUES, Paulo Correa. **Memórias do Piquiri**. Estância Velha: Z Multi Editora, 2024.

ROSSATO, Ricardo. **Êxodo rural no Rio Grande do Sul**. Revista do Centro de Ciências Rurais, [S. l.], v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revccr/article/view/72860>. Acesso em: 21 fev. 2026.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 2ª edição, 1988.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo : Record, 2000.

_____. **O Brasil: território e Sociedade no início do século XXI**. Milton Santos e Maria Laura Silveira. Rio de janeiro: Record, 15ª ed. 2011.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Nilda Rita. **Taquari - a primeira cidade Açoriana**. In. ROCHA, Santa Inèze. Açorianos no Rio Grande do Sul, Brasil – III. Porto Alegre: edições Caravelas, 2007.

SCHMITZ, P L **Os indígenas e a colonização no Rio Grande do Sul**. Revista de Arqueologia, São Paulo, 7:187-202, 1993

SILVA, Mônica Nardinini e ANJOS, Flávio Sscco dos. **A sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil**. Rev Econ Sociol Rural [Internet]. 2023; 61(2):e253400. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.253400>

SILVA, Natália Gomes [et al]. **Apeando do cavalo: um estudo do arranjo vitivinícola do município de encruzilhada do sul (RS)**. DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas, v. 5, n. 1, p. 57-83, mar. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª edição, 2016.

TONINI, Hernanda; BELLÉ, Soeni; SABBADO FLORES, Shana. **A dimensão social da sustentabilidade na vitivinicultura: estudo de caso dos trabalhadores temporários na Serra do Sudeste/RS**. Redes, [S. l.], v. 29, n. 1, 2024. DOI: 10.17058/redes.v29i1.18665. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/18665>. Acesso em: 22 fev. 2026.

VASQUES, José Luciano Gattiboni. **Uma Reflexão sobre as Reduções Jesuíticas Orientais: Do Apogeu a Derrocada Final**. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade V. 04, ed. especial, mai., 2018, artigo nº 846 | relacult.claec.org | e-ISSN: 2525-7870

Sobre os autores

José Francisco Santos de Moura

José Francisco Santos de Moura é professor do Colégio técnico Dr. Zeno Pereira Luz. É formado em geografia, especialista em Educação Ambiental e mestre em Geografia. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande - UFRGS. E-mail: jose-fmoura@educar.rs.gov.br.